

# Análise da presença territorial do Exército dos EUA no contexto da evolução militar

## Analysis of US Army Territorial Presence in the context of military evolution

**Fernando da Silva Rodrigues\***

### RESUMO:

O ensaio tem por objetivo analisar a evolução militar do Exército dos Estados Unidos da América caracterizada pelo aspecto fundamental da expressão militar, que é a presença, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias, no contexto de importantes processos de modernização e de reestruturação da sua doutrina militar. O lugar da presença territorial na evolução militar será observada pelo prisma da evolução das forças regulares de terra, nos seus diferentes aspectos: natureza, legislação, organização, instrução, doutrina, missões e o preparo da tropa para o cumprimento do seu papel legal.

**Palavras-chave:** Estratégia da Presença. Modernização. Evolução Militar.

### ABSTRACT:

The purpose of the essay is to analyze the military evolution of the United States Army characterized by the fundamental aspect of military expression, which is the presence, in the national territory and its extensions, in order to fulfill the constitutional destination and subsidiary attributions, in the context of important processes of modernization and restructuring of its military doctrine. The place of territorial presence in military evolution will be seen from the perspective of the evolution of regular ground forces, in their different aspects: nature, legislation, organization, instruction, doctrine, missions, and the preparation of the troop to fulfill its legal role.

**Keywords:** Presence Strategy. Modernization. Military Evolution.

\* Doutor em História Política, professor do PPGH da Universidade Salgado de Oliveira, coordenador do Grupo de Pesquisa História Militar e Fronteiras, coordenador do GT de História Militar da ANPUH-RJ, pesquisador sênior do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, e Jovem Cientista do Nosso Estado, FAPERJ.

## Sumário Executivo

Este ensaio integra uma agenda de pesquisa mais ampla, cuja indagação central busca discutir a adequabilidade da permanência da estratégia da presença para o Exército brasileiro. O modelo de estratégia da presença é um desafio para a força terrestre brasileira, no contexto atual de transformação militar. Para subsidiar o planejamento estratégico com relação à estratégia da presença, tenho realizado análises comparativas sobre a presença militar terrestre em outros exércitos, e como eles lidaram com o modelo.

Num esforço inicial foi estudada a presença militar do Exército chileno no território nacional, no contexto da sua evolução militar. Percebe-se um modelo de organização fortemente voltado para a ocupação do território, que começou a ser mudado nos anos 1990, com a busca da modernização do Exército, no contexto do retorno democrático, quando a instituição deixou de atuar basicamente na segurança interna. O longo processo de modernização levou a força terrestre chilena a um modelo de Exército móvel e compacto na atualidade.

Na continuidade do esforço nos estudos históricos comparativos, este novo ensaio tem por objetivo analisar a evolução militar do Exército dos Estados Unidos da América articulada à presença militar, no território nacional, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias, no contexto de importantes processos de modernização, e de reestruturação.

A evolução histórica do Exército nos Estados Unidos da América foi observada e analisada no contexto de quatro grandes períodos distintos: de 1776-1904, de 1905-1945, de 1946-1962, e a partir de 1962 até a atualidade. Da guerra de independência americana à guerra global contra o terrorismo, a doutrina militar do Exército dos Estados Unidos evoluiu para regular as novas demandas dos conflitos armados, fornecendo uma base intelectual para organizar, treinar, equipar e operar.

Como resultado desse momento de investigação, percebe-se que, com relação à presença militar terrestre, o Exército dos EUA consolidou o modelo frente à guerra de independência e durante todo o século XIX, quando eles construíram o território nacional através de uma empreitada público-privada, militarizaram as áreas de fronteiras (canadense e mexicana), e fortaleceram sua indústria bélica ao final da Guerra Civil, em 1865. Já no início do século XX, no contexto da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, a força terrestre tornou-se basicamente um exército expedicionário, para atuar nas diversas intervenções estatais norte-americanas.

## Introdução

O objetivo desse ensaio visa analisar a evolução histórica do Exército dos Estados Unidos da América (EUA), articulada a sua evolução doutrinária militar. Faz parte da proposta entender o uso da tropa militar terrestre e a sua presença territorial caracterizada pelo aspecto fundamental da expressão militar, que é a presença militar, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias, no contexto da evolução militar do país. A evolução militar será observada pelo prisma da evolução das forças regulares de terra, nos seus aspectos: natureza, legislação, organização, instrução, doutrina, missões e o preparo da tropa para o cumprimento do seu papel legal.

A escolha dos EUA como objeto de análise se justifica na medida em que eles ainda são a maior potência militar do mundo, líderes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) importante aliança militar existente, e presente em um expressivo número de países.

A Constituição dos Estados Unidos investe no Congresso os poderes para prover a defesa comum e o bem-estar geral do país. O título dez do Código dos Estados Unidos estabelece que o Exército, em conjunto com os outros Serviços, realize a defesa e a segurança nacional terrestre. O que inclui: preservar a paz e a segurança e prover a defesa dos Estados Unidos, seus territórios e posses, e quaisquer áreas que ocupe; apoiar políticas nacionais; implementar objetivos nacionais; superar quaisquer nações responsáveis por atos agressivos que ponham em perigo a paz e a segurança dos Estados Unidos. O *United States Army* é um serviço dentro do Departamento do Exército, um dos quatro departamentos militares do Departamento de Defesa. O Exército é chefiado por um Secretário, que é o mais alto posto militar no departamento, isto é, o chefe

do Estado Maior do Exército. O Departamento do Exército é formado pelo Exército Regular, pela Guarda Nacional do Exército (ARNG) e pelo Exército Reserva (USAR).

## A evolução histórica do Exército dos Estados Unidos da América

A evolução histórica do Exército nos Estados Unidos da América foi observada e analisada no contexto de quatro grandes períodos distintos: de 1776-1904, de 1905-1945, de 1946-1962, e a partir de 1962 até a atualidade.

Como resultado dessa fase de investigação, percebe-se que, com relação à presença militar terrestre<sup>1</sup>, historicamente, o Exército dos EUA começou a consolidar esse modelo frente à guerra de independência e durante o século XIX, como fator de conquista do espaço.

Nesse longo período de tempo houve a consolidação do território nacional através de uma empreitada público-privada (Exército e Colonos), com a ocupação militar das áreas de fronteiras (canadense e mexicana), e com o fortalecimento de sua indústria bélica ao final da Guerra Civil Americana, em 1865. A Guerra Civil foi o maior conflito do século XIX, em amplitude de propósito, violência, quantidade de pessoal e material envolvidas durante a abrangência dos conflitos, e foi travada internamente.

Já no início do século XX, no contexto da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, a força terrestre tornou-se basicamente um exército expedicionário, para atuar nas

<sup>1</sup> Diferentemente do Brasil, os EUA não tiveram uma Estratégia de Presença definida conceitualmente para o Exército, assim como podemos observar em diversos documentos oficiais brasileiros que tratam do assunto, como a Doutrina Militar de Defesa, ou a Concepção Estratégica do Exército Brasileiro, de 2017.

diversas intervenções estatais norte-americanas pelo mundo.

No primeiro momento, ainda no período entre 1779 e 1845, o exército usou da luta regular, e da tática de guerrilha na guerra de independência. Para manter a estabilidade política e a ordem interna, depois da guerra da independência, foi criado em 1796, o Exército Regular permanente (*United States Army*).

Os confrontos principais foram baseados em operações convencionais na luta contra a Inglaterra (Guerra da Independência e Guerra Anglo-Americana de 1812), mas durante a maior parte do século XIX prevaleceu o uso da guerra como fator de conquista de espaço, de controle territorial nas fronteiras com o Canadá e com o México, e da guerra contra os povos indígenas, no oeste norte-americano.

O mais importante conflito travado pelo Exército dos Estados Unidos foi a Guerra Mexicano-Americana (1846-1848). A vitória dos Estados Unidos resultou na anexação de uma grande parte do território mexicano e a ocupação militar da região. A guerra contra o México foi popular, bem sucedida e lucrativa. Os frutos da vitória, incluindo a anexação do Texas, foram ainda maiores que os da aquisição da Luisiânia, totalizando mais de um milhão de milhas quadradas e compreendendo a Califórnia. O território dos Estados Unidos pôde alcançar o oceano Pacífico. O destino continuava apontando para o Oeste.

Nos anos 1860, quando o ideal da fronteira já havia praticamente sido conquistado, um novo cenário começou a ser desenhado, envolvendo possibilidades de ações expedicionárias. A busca de influências no exterior, a conquista de territórios para além das fronteiras geográficas, passou a ocupar a mentalidade norte-americana, apesar da resistência de uma parcela antimilitarista e anti-imperialista da sociedade nos EUA.

Entre 1861 e 1865 ocorreu a Guerra Civil Americana, que provocou a reinvenção do exército dos EUA. Novas tecnologias e o fortalecimento da indústria bélica ajudaram a

impulsionar a potencialidade econômica e militar do país. As tropas federais assumiram a responsabilidade de manter a ordem no sul, no período da Reconstrução, e de conter os indígenas americanos em suas reservas.

Ao final da Guerra Civil, as energias e indústrias intensificaram seu crescimento material, articulados ao desenvolvimento de ferrovias, siderurgias, maquinário a vapor, mercado exportador, para muitos considerada a Era do Ouro do desenvolvimento nacional.

Em 1898 foi travada a Guerra Hispano-Americana. Apesar das principais operações serem desenvolvidas pela Marinha, o Exército foi responsável por importantes campanhas terrestres. A infantaria foi utilizada para o controle de Cuba e a supressão da Rebelião Filipina (1899-1902).

O segundo momento, no período de 1905-1945, foi marcado pelo aumento das tensões nas fronteiras com o México e pelas duas grandes guerras mundiais. Em 1910, o México estava envolvido numa guerra civil. O governo norte-americano enviou mais tropas terrestres para a fronteira para proteger sua população na região. Em 1916, Pancho Villa, líder rebelde, atacou Columbus, no estado do Novo México, levando os EUA a intervir na guerra mexicana, que terminou em 1917. Este fato histórico marca o final de um modelo baseado na presença militar terrestre usado para defesa e segurança, após a consolidação do território nacional frente a seus principais inimigos externos (mexicanos) e internos (indígenas).

Ainda em 1917, os Estados Unidos entraram na Primeira Guerra Mundial ao lado da Tríplice Entente contra a Alemanha e a Áustria-Hungria, e marca o início de um novo modelo doutrinário, quando a força terrestre tornou-se basicamente um exército expedicionário. O maior contingente das forças americanas lutou na Europa e forneceu importante ajuda para desestruturar as linhas alemãs e encerrar a guerra.

É importante ressaltar que a Doutrina Monroe, de 1823, foi a primeira demonstração norte-americana de pretensão e

execução de um protagonismo de poder em âmbito mundial. Em outro caso, nesse caso expedicionário, também no século XIX, o braço armado da Marinha levou o Comodoro Perry a forçar a abertura do Japão, ao comércio com os EUA, sem o uso da ação militar, apenas com algumas salvas de tiros disparadas pelos canhões dos navios. Nesse caso foi clara a persuasão do poder naval norte-americano.

Durante o período entreguerras, crises econômicas e uma política internacional cada vez mais isolacionista resultaram na redução do efetivo e da quantidade de equipamento nas Forças Armadas dos Estados Unidos. Em 1941, após o ataque japonês a *Pearl Harbor*, os Estados Unidos entraram na Segunda Guerra Mundial contra as forças militares do Eixo. Na frente ocidental, os militares assumiram a liderança nas invasões do Norte da África e da Sicília, em 1943. O início da libertação da Europa da ocupação nazista começou com a invasão da Normandia (*Operação Overlord*), no norte da França, no dia 06 de junho de 1944 (Dia D), e prosseguiram até 07 de maio de 1945, com a rendição alemã.

No Pacífico, o Exército americano e o Corpo de Fuzileiros Navais lutaram por quatro anos em diversas batalhas contra o Império do Japão, que se rendeu em 14 de agosto de 1945, e assinou a capitulação em 02 de setembro. Depois da Segunda Guerra Mundial, a desmobilização do Exército norte-americano foi tão rápida que colocou em risco a continuação como Força de Ocupação do território conquistado. O general Eisenhower teve que empregar todas as pressões possíveis para que o Congresso dos EUA estendesse, por mais um ano, o serviço militar, senão seria o caos.

O terceiro momento de 1946 a 1962, é marcado por importantes mudanças doutrinárias. Dois anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Corpo Aéreo do Exército se separou e se tornou uma força militar independente, passando a constituir a Força Aérea dos Estados Unidos.

No período, desenvolveu-se a doutrina de retaliação maciça adotada na administração do presidente *Dwight Eisenhower* (1953-1961). A Segunda Guerra Mundial levou as Forças Armadas dos Estados Unidos a principal potência militar e econômica mundial, baseada na centralidade das armas nucleares. No entanto, o conflito favoreceu também a ascensão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), como potência nuclear adversária, que passou a disputar o poder com os EUA, dando início a Guerra Fria.

As problematizações a respeito das origens da Guerra Fria levantadas para atender esse debate são: a questão territorial, isto é, a construção das fronteiras entre as superpotências dentro e fora da Europa; as conferências de Yalta e Postdã; a construção da segurança coletiva destacando o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos EUA; e a questão dos não alinhados que vieram a formar o grupo de países do chamado Terceiro Mundo a partir da Conferência de Bandung na Indonésia em 1955. O meu recorte temporal para pensar esse contexto internacional de início de Guerra Fria é a partir do final da Segunda Guerra Mundial até, pelo menos, 1955.

Em 1950 ocorreu a Guerra da Coreia, que intensificou a tensão mundial. Enquanto tropas americanas lutavam na Ásia, a presença militar dos Estados Unidos na Europa aumentou de uma para quatro divisões. A Alemanha Ocidental era o país com mais soldados americanos, formando um escudo frente à União Soviética. Para fazer a defesa a um provável ataque soviético contra a Europa foi criada a Organização do Atlântico Norte (OTAN).

A partir de 1962, tem-se o momento definido pela guerra de coalizão com ênfase na cooperação interinstitucional. Entre 1959 e 1975, os EUA lutaram na Guerra do Vietnã. A complexidade da guerra fez do conflito o momento de menor prestígio das Forças Armadas americanas. O deslocamento em massa de tropas de combate começou em 1965, após o incidente do Golfo de Tonkin.

As forças americanas conquistaram território e controlavam o campo de batalha tradicional, no entanto, sofreram muitas baixas na luta contra a guerra de guerrilha, do Exército Norte vietnamita. Taticamente, os EUA não perderam nenhuma grande batalha. No entanto, apesar da sua superioridade tecnológica, os americanos não conseguiram sobrepujar seus adversários.

Após o fim da Guerra do Vietnã, os EUA iniciaram a revisão de sua orientação estratégica na Guerra Fria. Desde o término da Segunda Guerra Mundial, tendo a URSS como principal adversário, os EUA entendiam que a Europa Ocidental e o Extremo Oriente eram as áreas de maior risco de confronto. Por isso, a grande concentração de forças nas regiões. No entanto, o número de regiões em tensão aumentou na proporção que ocorria o processo de descolonização na África, na Ásia e no Oriente Médio, e que ficavam agora sujeitas à influência doutrinária da URSS.

Em 1979, o equilíbrio regional do Oriente Médio foi comprometido pela Revolução Iraniana, com a queda do monarca *Mohammad Reza Pahlevi* favorável ao Ocidente, e pela invasão soviética ao Afeganistão.

Em 1980, foi criada uma força tarefa de Forças Integradas de Deslocamento Rápido (*Rapid Deployment Joint Task Force / RDJTF*). Em 1983, o RDJTF se transformou no Comando Unificado de Combate (*Central Command / Centcom*), para atuar na África, no Sudoeste da Ásia, e no Oriente Médio. No entanto, foi a necessidade de ação rápida dos EUA na América Central (Panamá – 1989), na região do Pacífico (Filipinas – 1990), e Europa (Guerra Civil da República Socialista Federativa da Iugoslávia - 1991/2001), que transformou as forças de deslocamento rápido em um conceito de integração de forças (Exército, Fuzileiros Navais, Força Aérea e Marinha) com capacidades específicas e uma importante atribuição funcional.

Ainda nos anos 1980, os EUA invadiram a ilha de Granada (1983), e em 1989, a Alemanha se reunificou após a queda do muro de Berlim. A Guerra Fria chegou ao

fim dois anos depois com o colapso da União Soviética. Em 1991 foi lançada a Operação Tempestade do Deserto contra a invasão iraquiana do Kuwait.

Após os atentados terroristas ocorridos em território norte-americano em 11 de setembro de 2001, o governo dos EUA lançou a chamada Guerra ao Terror. Essa nova ameaça passou a definir como eixo estratégico a guerra contra um inimigo supranacional, diluído pelo mundo e quase invisível, posicionado tanto dentro como fora das fronteiras de um Estado.

No combate às novas ameaças não se aplicam as grandes unidades de combate de ações clássicas. O combate deve ser baseado em pequenos grupos de operações especiais. Na contemporaneidade, as Forças Armadas passam a combater oponentes não estatais, tais como Al-Qaeda, o Hamas, o Hezbollah, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Estado Islâmico, e outros, que não seguem as convenções de Haia e cujos combatentes estão inseridos entre a população civil, apesar de se apresentarem como soldados.

Após o 11 de setembro de 2001, os EUA e seus aliados da OTAN invadiram o Afeganistão e derrubaram o regime Taliban que governava o país e dava apoio ao terrorismo internacional. Outra resposta ao atentado de 2001 foi a invasão do Iraque em 2003. Ambos os conflitos foram marcados por uma longa guerra assimétrica e irregular.

### **A evolução do Exército dos Estados Unidos da América**

Da guerra de independência americana à guerra global contra o terrorismo, a doutrina militar do Exército dos Estados Unidos evoluiu para regular as novas demandas dos conflitos armados, fornecendo uma base intelectual para organizar, treinar, equipar e operar (KRETCHIK, 2011). Nesse contexto é possível identificar a evolução doutrinária básica da força terrestre na longa duração.

Com a história abrangente da doutrina do Exército, pode-se explorar os princípios que moldaram a abordagem do Exército à guerra. Das Regras para a Ordem e Disciplina das Tropas dos Estados Unidos (*Regulations for the Order and Discipline of the Troops of the United States*), de 1779, aos manuais de campo modernos, é possível refletir sobre a formação doutrinária através da incorporação das lições de guerras passadas e minimizar a incerteza e os perigos da guerra do futuro.

É possível traçar a evolução da doutrina do Exército dos Estados Unidos da América ao longo de quatro grandes períodos identificado no início do ensaio: de 1776-1904, de 1905-1945, de 1946-1962, e a partir de 1962.

O primeiro momento, o de 1779-1904 é quando as diretrizes foram escritas por oficiais militares e impressos por editores privados, ou uma junta de diretores, produzindo manuais de treinamento tático.

Entre 1779 e 1845, o exército usou da luta irregular e tática de guerrilha na guerra de independência, adotou modelos militares de guerra regular dos britânicos e depois dos franceses. A doutrina enfatizava as operações de infantaria e as operações convencionais, enquanto a prática informal prevalecia na guerra de fronteira, e na guerra contra os povos indígenas. Durante o período, de 1855 a 1898 e, particularmente, após a Guerra Franco-Prussiana, a influência doutrinária alemã gradualmente suplantou os modelos franceses.

O segundo momento, o de 1905-1945, é quando as reformas militares fixaram a responsabilidade doutrinária com o Estado Maior Geral, que se tornou responsável pela redação do Regulamento de Serviço de Campo (*Field Service Regulations / FSR*), do Exército. Foram publicados regulamentos em 1905, em 1910, revisados em 1913, e em 1914, com base na experiência das potências europeias durante os primeiros meses da Primeira Guerra Mundial, e revistos em 1923. A experiência da Primeira Guerra, o aparecimento de novas armas e táticas

empregadas no conflito ajudou na reelaboração da doutrina militar terrestre. No período, os regulamentos de serviço de campo promoveram uma abordagem combinada de guerra de armas, enquanto elaboravam os papéis de corpo de batalha, divisões, e brigadas.

O terceiro momento o de 1946-1962, é caracterizado pelos multisserviços, no período, a doutrina militar do Exército passou a ser publicada no *Field Service Regulations Operations*. E, a partir de 1962, temos o momento da guerra de coalizão militar multinacional com ênfase na cooperação interinstitucional.

Durante os anos 1960, o Departamento de Defesa analisou minuciosamente as forças da reserva e questionou o número de divisões e brigadas, além da redundância de se manter dois componentes de reserva, a Guarda Nacional e os reservistas do exército. Em 1967, o Secretário de Defesa Robert McNamara decidiu que 15 divisões de combate da Guarda Nacional do Exército eram desnecessárias e cortou este número para apenas 08 divisões (01 de infantaria mecanizada, 02 blindadas e 05 de infantaria), mas aumentou o número de brigadas de 07 para 18 (01 de paraquedistas, 01 blindada, 02 de infantaria mecanizada e 14 de infantaria). Estas mudanças não foram bem recebidas nos estados da federação. No final, apesar das mudanças, não houve redução nos contingentes, o que convenceu os governadores estaduais a aceitarem os planos.

A reestruturação de MacNamara foi uma tentativa de reduzir o número do contingente militar terrestre atuando internamente, mas como no Brasil, o ponto de tensão envolvendo políticos, que defendiam interesses dos seus estados inibiram as mudanças na sua essência.

A década de 1980 foi um período de reorganização da estrutura e mudança doutrinária das forças armadas, baseadas nos ensinamentos obtidos com a Guerra do Vietnã. As principais mudanças estão relacionadas a profissionalização do efetivo,

criação de uma força formada por voluntários, avanços na tecnologia militar, avanço no treinamento das tropas, surgimento das Forças Especiais Delta do Exército, elaboração da doutrina Weinberger, e reforma do Departamento de Defesa. O Exército procurou desenvolver carros de combate menores, mais leves e rápidos. Com relação à doutrina, foi estabelecido em primeiro de julho de 1973, o Comando de Treinamento e Doutrina do Exército dos EUA (*U. S. Army Training and Doctrine Command / US TRADOC*), encarregado de supervisionar o treinamento da tropa terrestre e o desenvolvimento da doutrina operacional.

Segundo a doutrina Weinberger, os EUA deveriam estar preparados, em qualquer momento (Defesa Ativa), para atuar contra ameaças de diferentes intensidades, como atos terroristas isolados, ações de guerrilha, e confronto militar tradicional. Para isto, a relação entre objetivos e desenho de força - tamanho, composição e disposição - deveriam ser continuamente reajustada.

A Guerra do Vietnã foi o último conflito onde a conscrição obrigatória foi adotada nos Estados Unidos. O exército passou a ser uma força completamente voluntária, dando mais ênfase ao treinamento e ao desenvolvimento tecnológico, quebrando o paradigma das tensões sociais de críticas ao modelo de recrutamento, e a pressão midiática do horror a guerra. O objetivo era diminuir a pressão social, e modificar a forma de combater, mas o inimigo ainda era percebido como uma entidade política regular, ou seja, uma ameaça estatal.

A partir de 1986 ocorreu importante mudança no Departamento de Defesa dos EUA, com a implantação da Lei Goldwater-Nichols de Reorganização da Defesa (*Goldwater-Nichols Defense Reorganization Act*), de 1986, acrescida da Emenda Cohen-Nunn (*Cohen-Nunn Amendment*), de 1987. A chamada "Lei Goldwater-Nichols" criou o Comando Unificado de Combate (*Unified Combatant Command*) modificando a estrutura organizacional e unificando o comando dos Departamentos das Forças Armadas. Pela lei, o controle das Forças

Armadas passou a seguir a cadeia de comando do presidente ao secretário de defesa diretamente para o Comando de Combate Unificado, que tem o comando de todas as unidades militares.

Os secretários dos departamentos militares passam a ter a responsabilidade de organizar, treinar e equipar sua tropa. Esses dispositivos legais significaram o fim da independência das Forças Armadas, fortalecendo o papel do Estado Maior Conjunto. A emenda *Cohen-Nunn* reorganizou as Forças de Operações Especiais, reunindo-as sob o *Special Operation Command* (SOCOM), que ficariam subordinadas aos comandantes das regiões somente quando operassem no território respectivo desse comando. O SOCOM controlaria o orçamento, o treinamento e a doutrina de todas as Forças de Operações Especiais.

Em 1989, com a reunificação da Alemanha, e em 1991, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a Guerra Fria chegou ao fim criando a ideia que os EUA poderiam usufruir de um período de paz que resultasse na redução do orçamento da defesa e na redução das Forças Armadas. O exército dos EUA planejou então uma redução gradual de seus números. Em novembro de 1989, o Pentágono apresentou seus planos de reduzir em 23% o efetivo de combate, de 750.000 soldados para 580.000.

Após a invasão do Kuwait em 1990, pelo Iraque, foi lançada em 1991, a Operação Tempestade do Deserto (1ª Guerra do Golfo), uma Coalizão liderada pelos americanos, que contou com 500 000 soldados. Com a tropa norte-americana na vanguarda, os aliados expulsaram os iraquianos do Kuwait. A campanha terminou com as tropas aliadas massacrando o exército do Iraque em apenas 100 horas. Sofrendo pouquíssimas baixas, o exército dos Estados Unidos mostrou que havia conseguido se reinventar de forma muito bem sucedida. Novos armamentos, tecnologia avançada e melhor treinamento aos soldados se mostraram muito eficiente.



Após a Primeira Guerra do Golfo, os Estados Unidos emergiram como uma superpotência hegemônica, que lideraria uma nova ordem mundial baseada na democracia liberal. Sem importantes adversários diretos e detentor de uma força militar sem concorrentes, os Estados Unidos focaram em atores estatais menores e na cooperação como doutrina de emprego.

No período, Colin Powell, chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas dos EUA (1989-1993), definiu uma nova estratégia militar (Doutrina Powell), alegando, que a instabilidade política mundial tende a crescer após a queda de grandes potências. A nova estratégia dos EUA seria dirigida as incertezas regionais, em substituição à guerra global contra a ex-URSS, devendo suas forças armadas ter capacidade de conduzir um grande número de missões e lidar com várias ameaças simultâneas. Pela Doutrina Powell, a ação militar só deveria ser utilizada quando recebesse apoio da opinião pública.

A Primeira Guerra do Golfo foi uma ação rápida, baseada no emprego da Doutrina Powell. Para derrotar as tropas iraquianas (quarto maior exército do mundo), os EUA usaram o conceito DIME (*Diplomatic, Information, Military and Economic*), no denominado *soft power*, que gerou mudanças na doutrina de defesa dos Estados Unidos. Alguns meses antes do início do conflito foi realizada uma ampla campanha midiática contra a imagem de Saddam Hussein, o que contribuiu para aplicação de sanções econômicas e militares aprovadas por unanimidade pelo Conselho de Segurança da ONU e pela Liga dos Países Árabes.

No governo Bill Clinton (1993-2001), com os novos paradigmas das incertezas regionais, a formulação da segurança nacional priorizou temas como direitos humanos e relações comerciais. O secretário de Defesa Leslie Aspin começou um processo chamado Bottoms-Up Review (BUR), ou revisão de baixo para cima, com o objetivo de repensar aspectos da política militar dos Estados Unidos. O resultado da revisão foram duas

conclusões: primeiro, que o principal interesse dos EUA era a expansão mundial da prosperidade econômica, para tanto, as Forças Armadas deveriam atuar como mantenedoras da estabilidade global; e segundo, para continuar projetando poder em diversos pontos do globo, as Forças Armadas deveriam se tornar mais leves, rápidas e ágeis, apoiadas por tecnologia de ponta.

A revisão foi aprovada pela Força Aérea e pelo Comando de Operações Especiais, que perceberam a oportunidade de receber maior aporte tecnológico. O Exército, por sua vez, entendeu como uma fragilidade de sua importância no novo cenário da guerra. Neste novo modelo, o poder de fogo pesado viria da aviação, em vez da artilharia e dos carros de combates. Já as forças militares de combate em terra seriam constituídas por Forças de Operações Especiais, em vez do exército convencional, que seriam mais leves e rápidas, além de usarem tecnologias mais sofisticadas. Na necessidade de aumentar o contingente da tropa terrestre em atuação, seriam recrutados nas forças locais, sendo, posteriormente, treinados pelas Forças Especiais do Exército. Como resultado da revisão, os EUA reduziram suas Forças Armadas, mantendo a capacidade de conduzir duas frentes de guerras, como ocorreu na Segunda Guerra do Golfo contra o Iraque iniciada em março de 2003, e na Operação Liberdade Duradoura, na Guerra do Afeganistão (*Operation Enduring Freedom*), a partir de outubro de 2001, com o objetivo de atacar a al-Qaeda, responsabilizada pelo atentado terrorista contra os EUA, e remover o regime Talibã naquele país.

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 consagraram o uso do modelo atual de conflitos entre uma força estatal contra grupos insurgentes não convencionais, conhecido como *low-intensity conflicts* ou *small wars*, que podem ser tão violentos quanto uma guerra convencional. Um ponto inovador nas novas ações militares contra o Afeganistão e o Iraque foi o papel de liderança dado à Central de Inteligência Americana (CIA), que possuía consideráveis

conhecimentos das regiões, das culturas e dos grupos étnicos que poderiam cooperar com as tropas americanas. Outro ponto novo foi o uso de força local nativa, junto com Forças de Operações Especiais, equipes da CIA e apoio aéreo dado pelo *US Central Command* (USCENTCOM<sup>2</sup>) dessa região.

Na gestão do Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld (2001-2006), ocorreu à introdução do conceito de *Shock and Awe* (choque e pavor), revelando a evolução tática do conceito *Hammer and Anvil* (martelo e bigorna<sup>3</sup>), que consolidou a tendência as denominadas operações cirúrgicas, de alta precisão. Para o conceito *Shock and Awe*, ou também conhecido como *Rapid Dominance*, um ataque deve ser tão avassalador fisicamente, que o inimigo se sinta psicologicamente vulnerável e intimidado para tentar qualquer resistência. A estratégia de Rumsfeld definia, que as Forças Armadas, além da responsabilidade de defesa do território dos EUA e o de seus aliados contra um conflito principal, deveriam estar capacitadas a conduzir ao mesmo tempo outras operações em diferentes cenários.

Para Donald Rumsfeld, a nova doutrina militar dos EUA deveria ter o poder de dissuasão em quatro cenários principais, para tanto era preciso ter condições: de vencer dois grandes agressores simultaneamente, ter possibilidade de conduzir uma ampla contraofensiva, e ocupar a capital de um inimigo para nela instalar um novo regime.

<sup>2</sup> Esse Comando Central é responsável por defender e promover os interesses dos EUA em vinte países no Oriente Médio, incluindo o Egito, Ásia Central (Afeganistão e Iraque), Sul da Ásia e nos canais estratégicos que os cercam. É um Comando Unificado de Combate do Departamento de Defesa dos EUA. Foi criado em 1983, para substituir permanentemente as funções da Força Tarefa Conjunta de Deslocamento Rápido criada em março de 1980, durante a crise dos reféns no Irã e a invasão soviética do Afeganistão. Ver CORDESMAN, 1998.

<sup>3</sup> A tática do martelo e bigorna remonta à época das campanhas militares de Alexandre da Macedônia, em que uma parte da tropa segura o inimigo, fazendo o papel de bigorna, enquanto a outra parte golpeia, fazendo o papel de martelo. No caso dos EUA, as tropas terrestres eram a bigorna e o poder aéreo o martelo.

No contexto desse pensamento político era traçado a essência da nova era da hegemonia militar dos EUA, colocando no mesmo campo inimigo como organizações terroristas e países que apoiavam essa causa. As novas ameaças incluíam o terrorismo, ataques espaciais, ciberataques contra o sistema de comunicações, ataques com mísseis de cruzeiros, mísseis balísticos, armamento químico e armas biológicas.

As mudanças realizadas por Donald Rumsfeld não significaram uma doutrina do emprego da força. Elas resultaram numa revolução nos assuntos militares, concebida para responder a qualquer tipo de conflito. A mudança está ligada ao uso de novas tecnologias referentes à precisão dos tiros de longo alcance (projeto de defesa antimíssil), à informação permanente sobre as forças presentes e busca de alvos eventuais. No período foi construído o conceito de *controle estratégico*, que consistia estar em condição de identificar a situação do adversário, e com capacidade para reduzir o seu potencial pela destruição de sua capacidade militar, industrial e política. Esse conceito não implicava a ocupação do território do inimigo, pelo menos na primeira fase do conflito, e a ação terrestre deveria ficar restrita aos objetivos determinados pelo poder político estatal.

A ação militar no Afeganistão resultou no crescimento da importância do SOCOM, que na gestão do secretário Donald Rumsfeld foi expandido e ganhou autonomia de comando regional, com mais autoridade para planejar e lutar a guerra contra o terror. O Departamento de Defesa dos EUA definiu que unidades menores compostas por pessoal altamente treinado seriam mais eficazes do que forças convencionais. Nesse momento consolidou-se a tendência de diminuir o tamanho das Forças Armadas dos EUA, tornando-as mais leves e ágeis. Essa tendência intensificou-se na gestão do secretário de Defesa, Robert Gates (2006-2011), que continuou a priorizar o emprego das Forças de Operações Especiais, reduzindo a participação das forças convencionais.

## Reflexão final

Ao final desse novo ensaio, agora envolvendo a análise da presença militar terrestre dos EUA, e após ter inicialmente estudado a presença militar terrestre chilena, podemos estabelecer alguns parâmetros para dar subsídios na construção do próximo e último ensaio, que envolve a estratégia da presença do Exército brasileiro no território nacional.

Com o caso chileno percebe-se um modelo de organização fortemente voltado para a ocupação do território, que começou a ser mudado nos anos 1990, com a busca da modernização do Exército, no contexto do retorno democrático, quando a instituição deixou de atuar basicamente na segurança interna. O longo processo de modernização levou a força terrestre chilena a um modelo de Exército móvel e compacto na atualidade.

Na continuidade do esforço nos estudos históricos comparativos, com este novo ensaio, percebe-se que, com relação à presença militar terrestre, o Exército dos EUA consolidou o modelo frente à guerra de independência e durante todo o século XIX, como fator de conquista do espaço, quando eles consolidaram a ocupação e o desenvolvimento do território nacional através de uma empreitada público-privada (Exército e Colonos), militarizaram as áreas de fronteiras (canadense e mexicana), e fortaleceu sua indústria bélica ao final da Guerra Civil Americana, em 1865. Uma definição estratégica que o Brasil vem buscando, em pleno século XXI, e ainda não conseguiu.

Brasil e EUA fizeram uma trajetória semelhante nos séculos XVIII e XIX, quando ambos os países buscavam formas de ocupação, manutenção e desenvolvimento do território. No entanto, enquanto o EUA buscou prioritariamente no mundo privado a força de trabalho para executar essa tarefa, articulada ao Exército como elemento de segurança dessa empreitada, o Brasil, mesmo independente manteve o modelo de administração portuguesa baseado na força de

trabalho de agentes públicos considerados mais capazes, que eram ligados aos Corpos militares e diplomáticos.

Essa estratégia da Presença no Brasil é muito clara no movimento de ocupação dos territórios no interior e nas áreas de fronteiras. Diante da necessidade de se entender o caso da presença do Exército na Amazônia, é legítimo fundamentar o estudo a partir da tríade: ocupação, desenvolvimento e segurança.

Essa estratégia remonta a época do Brasil Colônia, com a proposta do Estado português de conquista e ocupação do seu território na América, que fez uso do sistema de defesa fortificado para vivificar e proteger o território ultramarino. O processo não parou por aí, e foi evoluindo junto com a evolução administrativa militar portuguesa, e mais tarde brasileira, após a independência.

É fato, que a estratégia da presença militar foi a grande vedete dos projetos de estado para o Brasil. Então, implantar o sistema de colônias militares, no século XIX, articuladas a projetos de ocupação territorial com imigrantes, lançar linhas telegráficas pelo sertão no século XX, e inspecionar constantemente as linhas de fronteiras com ações conjuntas do Exército e da Diplomacia brasileira faz parte de uma grande estratégia de conquista, manutenção, e defesa do território.

No entanto, no Brasil, o elemento desenvolvimento em muitas regiões não chegou ao século XXI, bem diferente dos EUA, que consolidaram no século XIX o seu desenvolvimento, se tornaram a maior potência mundial. No Brasil, muitas ações envolvendo diretamente ou indiretamente o Exército brasileiro foram realizadas, como a implantação de linhas telegráficas no Norte e Centro-Oeste do Brasil, e o projeto Calha Norte. Outras tentativas foram à frente, mas a realidade da floresta foi cruel com essas propostas, levando-as ao fracasso, tais como a construção da estrada de ferro Madeira Mamoré e o Ciclo Econômico da Borracha. No Brasil não tivemos o apoio privado na

proposta de desenvolvimento do interior e mais ainda, o público ficou restrito as ações das Forças Armadas, pois o vazio demográfico foi intensificado pelo vazio do poder estatal.

No início do século XX, no contexto da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, a força terrestre dos EUA tornou-se prioritariamente um exército expedicionário, que passou a atuar em diversas intervenções estatais pelo mundo, e o Brasil ainda continua tratando a Força Terrestre como Exército colonizador, com prioridade para as ações subsidiárias, que serve para resolver os problemas políticos nacionais.

A transformação ocorrida no exército dos EUA, na forma da condução da guerra, depois do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, resultou na reorganização da defesa, amparada na introdução de novas tecnologias e sistemas de armas. O foco na atuação de grupos de operações especiais, de tropas mais enxutas e no aprofundamento da profissionalização militar levou à incorporação de novas táticas de guerra. Essas novas táticas têm corroborado com a vitória militar nas batalhas, mas não tem contribuído para a conquista psicossocial do inimigo, o

que vai à contramão do atual pensamento estratégico norte-americano.

Nesse contexto, as campanhas após o ataque terrorista aos Estados Unidos da América significam vitórias no campo militar, mas é incompatível com a conquista de corações e mentes num processo de paz mais duradoura, que devem ser realizadas com atuação humanitária com os povos nativos nas áreas de operações, com o objetivo de obter vitórias morais. A não execução dessa parte do processo tem causado mal estar junto à população local, e aumentado o sentimento antiamericano.

O ensaio revela ainda, que a doutrina fundamentou um papel significativo no desempenho do Exército ao longo de sua história - embora nem sempre a seu favor, pois muitas vezes não conseguiu prever com precisão a natureza da próxima guerra e continua na atualidade a ser travada em um debate entre defensores da guerra convencional e aqueles que defendem abordagens de contrainsurgência. A doutrina continua a ser à base da instrução no sistema de ensino do Exército, garantindo que todos os oficiais e soldados alistados compartilhem uma estrutura intelectual comum.

## Referências

ALMEIDA, Rodrigo Torres de. *Construção e expansão do complexo industrial-militar norte-americano: um passo em direção ao poder global*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

CORDESMAN, Anthony. *USCENTCOM Mission and History*. Center for Strategic and International Studies, August 1998. Publicado em: [https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy\\_files/files/media/csis/pubs/uscentcom3%5B1%5D.pdf](https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/media/csis/pubs/uscentcom3%5B1%5D.pdf).

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of Defense (DoD). Releases Fiscal Year 2017. President's Budget Proposal. Publicado em: <https://dod.defense.gov/News/News-Releases/News-Release-View/Article/652687/department-of-defense-dod-releases-fiscal-year-2017-presidents-budget-proposal/>.

\_\_\_\_\_. U.S. Army Center of Military History. Publicado em: <https://history.army.mil/index.html>.

\_\_\_\_\_. U.S. Army Center of Military History. Basic Branches. Publicado em: <https://history.army.mil/faq/branches.htm>.

\_\_\_\_\_. Army Demographics. Publicado em: [https://www.armyg1.army.mil/hr/docs/demographics/FY12\\_ARMY\\_PROFILE.pdf](https://www.armyg1.army.mil/hr/docs/demographics/FY12_ARMY_PROFILE.pdf).

\_\_\_\_\_. Two Nations. One Border. The War that transformed them forever. Publicado em: [http://www.pbs.org/kerawar/ismexicanwar/index\\_noflash.html](http://www.pbs.org/kerawar/ismexicanwar/index_noflash.html)

\_\_\_\_\_. Army National Guard. Legal Basics of the National Guard. Publicado em: <https://web.archive.org/web/20130521130934/http://www.arng.army.mil/aboutus/history/Pages/ConstitutionalCharteroftheGuard.aspx>.

\_\_\_\_\_. National Archives. Research in Military Records. Publicado em: <https://www.archives.gov/research/military>.

HERBERT, Paul H., & NOONAN, Michael P. *American Military History: a resource for teachers and students*. Cantigny: First Division Museum / Philadelphia: Foreign Policy Research Institute, 2013. Publicado em: <https://www.fpri.org/wp-content/uploads/2016/03/American-Military-History-A-Resource.pdf>.

PROENÇA JÚNIOR, Domício; Érico E., DUARTE. Projeção de poder e intervenção militar pelos Estados Unidos da América. *Rev. Bras. Pol. Int.* 46 (1), 2003, p. 135-152.

KRETCHIK, Walter E. *U.S. Army Doctrine: From the American Revolution to the War on Terror*. Kansas: University Press of Kansas, 2011.

LOURENÇÃO, Humberto José; Luis Eduardo Pombo Celles, CORDEIRO. Força Militar dos EUA no pós-guerra fria: ganhando batalhas e perdendo guerras. *Rev. Bras. Est. Def.* V. 3, nº 2, jul./dez. 2016, p. 103-117.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do Império Americano: da Guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *A desordem Mundial: o espectro da total dominação – Guerra por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SHANNON, Fred A. *The organization and administration of the Union Army (1861-1865)*. 02 vols. Gloucester, MA: P. Smith, 1965. Publicado em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015001813651>.

STEWART, Richard W. *American Military History*. Volume 1. The United States Army and the Forging of a Nation, 1775-1917. Washington D.C.: Center of Military History, 2009. Publicado em: [https://history.army.mil/html/books/030/30-21/CMH\\_Pub\\_30-21.pdf](https://history.army.mil/html/books/030/30-21/CMH_Pub_30-21.pdf).

TUCHMAN, Barbara. O povo norte-americano e o poder militar vistos sob uma perspectiva histórica. *Revista A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, nº 787, mai/jun/jul/ago, 2000, p.p.28-38.